

[Imprimir](#) [Salvar](#)

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000503/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 04/07/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR028135/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47997.273443/2025-72
DATA DO PROTOCOLO: 03/06/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS QUIMICAS, FARMACEUTICAS, DE MATERIAL PLASTICO E DO ALCOOL NO MUNICIPIO DE ANAPOLIS - GO, CNPJ n. 02.224.990/0001-77, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARLY ALVES CHAVEIRO;

E

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE MATERIAL PLASTICO EST GO , CNPJ n. 01.312.986/0001-06, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCELO JOSE CARNEIRO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2025 a 30 de abril de 2027 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados nas Indústrias: Preparação de Óleos Vegetais e Animais; de Resina Sintética; de Sabão e Vela; de Desinfetantes; de Detergentes; de Fabricação/Destilação de Álcool; de Explosivos; de Tintas e Vernizes; de Fósforo; de Cêra; de Adubos, Corretivos, Defensivos Agrícolas e Produtos para Pecuária; de Tinturaria; de Petroquímica (destilação e refinação de petróleo); de Material Plástico, Embalagens e Laminados; de Tubos de Polietileno; de Produtos Farmacêuticos, Alopáticos e Homeopáticos", com abrangência territorial em Anápolis/GO.**

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica assegurado a todos os trabalhadores, inclusive em experiência, a partir de 01.05.2025 um **Piso Salarial correspondente a R\$ 1,682,86** (um mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos)por mês.

Parágrafo primeiro – Eventuais diferenças salariais decorrentes do Piso Salarial não aplicado a partir de maio/2025, deverão ser pagas até a folha de pagamento do mês de junho/2025 cujo prazo final é dia 07.07.2025.

Parágrafo segundo – Em 01.05.2026 serão negociadas apenas as cláusulas econômicas, mantendo-se a data-base da categoria em 01º de maio.

Parágrafo terceiro – Não se inclui nos pisos estabelecidos no caput os contratos dos “Menores Aprendizes”, bem como todas as outras cláusulas constantes na presente convenção coletiva.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REPOSIÇÃO SALARIAL

As indústrias de material plástico e similares no município de Anápolis-Goiás, concederão a partir de 01 de maio de 2025, a todos os trabalhadores uma reposição salarial equivalente a 6.00% (seis por cento) sobre o salário praticado em 30/abril/2024.

parágrafo primeiro - Fica autorizada a compensação de eventuais reajustes concedidos após 01.05.2024 até 30.04.2025.

parágrafo segundo – Eventuais diferenças salariais decorrentes de reposição salarial não concedida no mês de maio/2025, deverão ser pagas até a folha de pagamento do mês de junho/2025, cujo prazo final é dia 07.07.2027 e o pagamento das diferenças relativas às verbas rescisórias, até no máximo, dia 20/07/2025

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO

As indústrias que não efetuarem o pagamento dos salários até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao de referência, ficam obrigadas a efetuar os pagamentos acrescidos de 2% (dois por cento) ao mês pro-rata, que será revertida em favor de cada trabalhador afetado.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento de seu trabalhador, a indústria concederá o **auxílio funeral** equivalente ao menor salário praticado na indústria e vigente na data do falecimento, que será pago junto com as verbas rescisórias, ao dependente do falecido, habilitado em documento comprobatório.

parágrafo único - Ficam isentas da obrigação dessas cláusulas as indústrias que mantiverem seguro de vida em grupo, desde que em igual valor ou superior ao do auxílio.

PRÊMIOS

CLÁUSULA SÉTIMA - PRÊMIO PERMANÊNCIA

Para cada 05 (cinco) anos de efetivo serviço completados na respectiva indústria, esta concederá mensalmente o **PRÊMIO PERMANÊNCIA** equivalente a 5% (cinco inteiros por cento) do salário contratual do premiado, incidindo inclusive sobre as férias e 13º salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas que possuam Plano de Cargos e Salários que contenham pagamento de benefício por tempo de serviço completado de no mínimo 5% (cinco inteiros por cento) a cada 5 (cinco) anos completos, poderão substituir o Prêmio Permanência desta cláusula por benefício equivalente;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O presente benefício está limitado ao percentual total de 10% (Dez por cento) do salário contratual do premiado, ainda que este alcance tempo de serviço superior a dez anos, somente para os

trabalhadores admitidos após 01 de maio de 2024;

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento do Prêmio Permanência e/ou Plano de Cargos e Salários deverá ser pago no contracheque de forma discriminada.

CLÁUSULA OITAVA - PRÊMIO ASSIDUIDADE

Os trabalhadores farão jus a uma gratificação mensal por **assiduidade** no valor de 07% (sete por cento), incidente sobre o salário base, desde que não tenham nenhuma advertência por escrito ou suspensão disciplinar e cumulativamente atendam aos critérios de frequência abaixo disciplinados:

Parágrafo primeiro – No mês em que o trabalhador se ausentar do trabalho em razão de falta injustificada perderá 100% (cem por cento) do benefício previsto nesta cláusula;

Parágrafo segundo – No mês em que o trabalhador se ausentar do trabalho em razão de falta justificada – por previsão expressa da CLT – deixará de receber 50% (cinquenta por cento) do benefício no primeiro dia de ausência e 100% (cem por cento) em eventual segundo dia de ausência, ainda que pelo mesmo motivo;

Parágrafo terceiro- O presente prêmio assiduidade será pago ao trabalhador de forma indenizatória e, definitivamente, não integrará ao salário, para todos os efeitos legais, em sua remuneração, não se constituindo em vantagem de habitualidade;

parágrafo quarto - Sendo o "prêmio assiduidade" oferecido como meio de estímulo ao aumento da produtividade, fica estabelecido que mesmo se a indústria, no uso de sua faculdade, vier a abonar qualquer ausência do trabalhador, estará apenas praticando ato de liberalidade, que não ensejará qualquer direito futuro e nem penalidade pecuniária, nem retira a natureza não salarial do benefício;

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA - CESTA BÁSICA ALIMENTÍCIA

Fica convencionado que as indústrias fornecerão a seus trabalhadores, uma cesta básica mensal no valor fixo mínimo de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) através da disponibilização deste valor em Cartão Alimentação ou similar para aquisição dos mesmos, podendo também, a indústria optar por entregar a cesta básica *in natura* contendo gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza, em valor não inferior ao aqui estabelecido.

parágrafo primeiro - O valor da Cesta básica repassado ao trabalhador no mês de competência não poderá ser descontado dele caso ele seja desligado por qualquer motivo antes do fim do mês, mas poderá ser descontado o valor de sua contribuição pelo benefício recebido.

parágrafo segundo - As indústrias poderão descontar dos trabalhadores pela cesta básica descrita no caput desta cláusula, até o limite de 10% (dez por cento) do seu valor, mas, garantindo uma cesta líquida de no mínimo os valores descritos no caput desta clausula.

parágrafo terceiro - Ressalte-se que as indústrias abrangidas pela presente Convenção, nos termos da legislação específica, poderão utilizar-se dos incentivos fiscais previstos no PAT Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Previdência e seu eventual não cadastramento não desfigurará a natureza indenizatória da parcela.

parágrafo quarto - As diferenças do valor da cesta básica retroativas ao mês de maio/2025 e vencidas deverão ser pagas no máximo até o pagamento da cesta básica do mês de junho/2025.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE

Fica, doravante, convencionado que as Indústrias de Material Plástico e Similares, descontarão de seus trabalhadores, somente até 05% (cinco por cento) referente ao vale transporte, assegurado pela Lei 7.418 de 15.12.1985.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

As indústrias sediadas em Anápolis-GO poderão homologar de forma facultativa as rescisões de contrato de seus trabalhadores, na sede local do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas de Material Plástico e do Álcool no Município de Anápolis-GO, desde que o trabalhador opte por homologar no Sindicato, sendo a taxa pelo serviço, R\$ 30,00 (trinta reais).

parágrafo primeiro - Os pagamentos das verbas rescisórias, independente do horário, deverão ser efetuados em espécie ou em cheque, desde que nominal e não cruzado;

parágrafo segundo - Não será devida multa, quando o atraso não decorrer de culpa da indústria, devendo as rescisões complementares ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOCUMENTOS SINDICAIS EXIGIDOS PARA HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÕES

No ato da homologação de rescisão de contrato de trabalho, as indústrias, obrigatoriamente deverão apresentar:

- a) CTPS corretamente anotada em todas as suas páginas;
- b) Ficha e/ou livro de registro de empregados corretamente preenchido e atualizado em todos os seus campos;
- c) Aviso prévio ou carta de dispensa;
- d) Guia de seguro desemprego;
- e) Comprovante de saldo atualizado do FGTS;
- f) TRCT (rescisão de contrato de trabalho) em 06 (seis) vias;
- g) GRFP (guia de recolhimento de 40% sobre o FGTS);
- h) Carta de preposto;
- i) Comprovante de quitação de contribuições de custeio sindical, devidas às entidades signatárias dessa Convenção, retroativas ao ano anterior, sob pena de não se proceder a homologação;
- j) Comprovante de entrada de Conectividade Social na Caixa Econômica Federal.
- k) Perfil Profissiográfico Profissional – PPP, acompanhado de procuração identificando quem o assinou.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE

CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - READMISSÃO - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA- DESNECESSIDADE

O ex-trabalhador, readmitido no prazo máximo de cinco anos para a mesma função que exercia ao tempo do seu desligamento, será dispensado do período de experiência.

parágrafo único: Na contratação com vínculo empregatício de trabalhador que tenha prestado serviço como temporário (Lei nº 6.019/79), será dispensado do cumprimento do contrato de experiência.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE GERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTABILIDADE APÓS RETORNO DE FÉRIAS

Fica garantido o emprego e o salário a todo trabalhador pelo mesmo número de dias das férias gozadas, após o retorno destas férias, podendo o empregador fazer o seu desligamento, desde que não haja outro empecilho legal, indenizando-o quanto ao período restante da estabilidade.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS AUSÊNCIAS SEM PREJUÍZO NO SALÁRIO E ACOMPANHAMENTO DE FAMILIARES

Os trabalhadores poderão se ausentar do serviço, sem prejuízo de seus salários e sem necessidade de compensação, por 02 (dois) dias por ano, para acompanhamento de filho menores de 14 (quatorze) anos de idade ao médico ou, sem limite de idade, se o mesmo for portador de deficiências.

parágrafo único – Caso o menor de 14 anos ou portador de deficiência seja submetido a internação médica hospitalar, devidamente comprovada por declaração do hospital, o trabalhador poderá se ausentar por mais 03 (três) dias além do prazo já previsto no *caput*, devendo, para tanto, trazer declaração do hospital de que estava realizando o referido acompanhamento.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ACORDO PARA PRORROGAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

As indústrias quando da adoção de pontes (dia útil entre feriado e repouso semanal remunerado) poderá celebrar individual ou coletivamente, acordos escritos para prorrogação/alteração e compensação de jornadas de trabalho na forma dos arts 444 e 468 da CLT, ficando integrados ao termo de vigência desta CCT e comunicarão ao Sindicato dos trabalhadores as condições acordadas com seus trabalhadores, devendo esta comunicação ser feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes da implantação das condições que foram ajustadas. O mesmo se aplica por ocasião de concessão de férias coletivas.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA TROCA E COMPENSAÇÃO DE FERIADOS

Fica facultado às empresas a possibilidade de substituição do trabalho em dia de feriado por folga em outro dia útil, aplicada total ou parcialmente a seus empregados.

Paragrafo Primeiro – A compensação será efetuada na proporção de um dia de trabalho por um dia de folga, ou seja, a troca será realizada na razão de 1 (um) para 1 (um).

Paragrafo Segundo – Caso o feriado não seja objeto de compensação, mas sim efetivamente trabalhado, o pagamento da remuneração correspondente será realizado em dobro, ou seja, com o adicional de 100% (cem por cento), nos termos da legislação vigente.

Paragrafo Terceiro – Fica vedada a compensação ou troca nos seguintes feriados: 01 de janeiro (confraternização universal), sexta-feira santa, 1º de Maio (Dia do Trabalhador), 7 de setembro (independência do Brasil), 12 de outubro (Padroeira do Brasil), 2 de novembro (finados) 25 de Dezembro (Natal)."

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORÁRIO DE ESTUDANTE

As indústrias que encerram seu expediente às 18:00 (dezoito) horas, liberarão 30 (trinta) minutos antes do término da jornada de trabalho, seus trabalhadores estudantes nos turnos, nos dias de provas mediante comprovação da realização das mesmas e desde que avisando o empregador com 72 (setenta e duas) horas de antecedência. Fica assegurada também a dispensa do funcionário nas datas das realizações provas vestibulares ou equivalentes (ENEM), sem prejuízo de seus vencimentos e mediante comprovação da realização das provas.

FÉRIAS E LICENÇAS

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LICENÇA FALECIMENTO DE FAMILIAR OU DEPENDENTE

Fica convencionado que o trabalhador terá até 05 (cinco) dias consecutivos de licença remunerada, contados a partir da data do óbito, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão, sogro (a), ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica.

parágrafo único - o trabalhador deverá apresentar ao empregador, no prazo de cinco dias úteis após a licença, documentação hábil que comprove o falecimento e o respectivo vínculo familiar aqui previsto, sob pena de perda do benefício.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA - UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA NO SETOR INDUSTRIAL E ADMINISTRATIVO

As indústrias que exigem o uso do uniforme deverão fornecer o primeiro uniforme gratuitamente a todos os seus trabalhadores do setor meio industrial, ficando facultativo ao trabalhador comprar o segundo uniforme. A empresa fica ainda obrigada a fornecer o Equipamento de Proteção Individual (EPI), constituindo-se justa causa para dispensa (art. 482 CLT) qualquer trabalhador que se recusar a usar os mesmos, bem como quaisquer desobediências às normas de segurança, após receberem instruções no ato admissional. Tais equipamentos e

uniformes não deverão ser considerados como salário-utilidade e o trabalhador os devolverá no término do contrato facultando a empresa a descontar seu preço em caso de não devolução.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO ATESTADO DE SAÚDE

Esta cláusula visa regulamentar a apresentação e aceitação de atestados de saúde (médicos, odontológicos ou psicológicos) pelos empregados das indústrias da categoria, assegurando o cumprimento das normativas legais, mantendo a transparência e a eficiência na gestão de absenteísmo por questões de saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As faltas amparadas por atestados de saúde (médicos, odontológicos ou psicológicos) são justificadas, no sofrendo descontos na remuneração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado deverá comunicar a sua ausência ao supervisor ou ao departamento de recursos humanos no primeiro dia de afastamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atestado de saúde deverá incluir: a) Nome completo do empregado; b) Tempo de afastamento recomendado; c) Diagnóstico com o Código Internacional de Doenças (CID), somente quando o empregado concordar em constar no atestado; d) Identificação clara do médico ou dentista, com assinatura, carimbo ou número de registro no CRM ou CRO.

PARÁGRAFO QUARTO - A empresa reserva-se o direito de verificar a autenticidade do atestado médico. Em caso de suspeitas de irregularidade, poderá ser solicitada a confirmação com o profissional ou instituição emissora. Atestados considerados fraudulentos podem levar a medidas disciplinares, incluindo demissão por justa causa conforme estipulado pelas leis trabalhistas e penais.

PARÁGRAFO QUINTO - Todas as informações relacionadas aos atestados médicos devem ser tratadas com a máxima confidencialidade e conforme LGPD, respeitando a privacidade do empregado e as normas éticas relacionadas à informação médica.

DO ATESTADO DE COMPARECIMENTO A empresa poderá recepcionar o atestado de comparecimento. Porém, para tanto, o atestado de comparecimento deve conter a data e período que o empregado esteve naquele atendimento. Dessa forma, essas horas acrescidas de mais 1 (uma) hora – a título de deslocamento do empregado – serão abonadas.

DO ATESTADO DE ACOMPANHAMENTO - A empresa não é obrigada a abonar as faltas mediante atestado de acompanhamento, com exceção dos casos descritos nos incisos X, XI e XII do art. 473 da CLT."

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ATENDIMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS

As indústrias manterão no estabelecimento o material e os medicamentos necessários à prestação de primeiro socorros em local visível e de fácil acesso e com identificação adequada.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS NAS INDÚSTRIAS

Os dirigentes sindicais do SIND.Q.F.P.A-ANÁPOLIS/GO, terão acesso ás indústrias, em local determinado pela diretoria da indústria, desde que solicitada à visita com no mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, com definição de pauta e participantes, sendo que a indústria confirmará o acesso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da visita solicitada.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE AUSÊNCIA DE DIRIGENTES SINDICAIS

As indústrias se obrigam a abonar as horas e os dias em que os diretores do Sindicato dos trabalhadores, em no máximo 01 (um) por indústria, permanecerem afastados da mesma, para o exercício de atividades sindicais, sendo, no máximo de 12 (doze) horas por mês, dividido em 03 (três) períodos de 04 (quatro) horas consecutivas, devendo ser feita a comunicação pela entidade sindical com antecedência mínima de 36 (trinta e seis) horas.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REPRESENTANTES SINDICAIS

Fica assegurada a estabilidade aos Representantes Sindicais que vierem a ser eleitos pela categoria com mandato correspondente ao da Diretoria do Sindicato, sendo convencionado no máximo de 01 (um) Representante para a cidade de Anápolis GO, por indústria.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORNECIMENTO DO QUANTITATIVO DE EMPREGADOS

As indústrias sempre que solicitadas e com intervalo de 06 (seis) meses informarão ao Sindicato dos trabalhadores, o quantitativo de admissão e demissão no período.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES

As indústrias comunicarão trimestralmente ao Sindicato do Trabalhador, quando solicitado por este, em formulário próprio, os números de acidentes de trabalho, ocorridos em suas dependências, devendo o Sindicato dos trabalhadores enviar ao Sindicato patronal no mesmo prazo, a estatística dos acidentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO DA RELAÇÃO NOMINAL DOS TRABALHADORES

As indústrias de material plásticos e similares fornecerão ao Sindicato dos trabalhadores, as cópias das guias de Contribuições existentes (contribuição sindical, assistencial e confederativa), acompanhada da relação nominal de trabalhadores com o respectivo salário, no mesmo prazo do recolhimento, conforme Procedimento Normativo nº. 41 TST.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DOS TRABALHADORES FILIADOS

As indústrias se obrigam ao recolhimento mensal ao Sindicato dos trabalhadores, da contribuição associativa (mensalidade sindical), descontada da remuneração contratual do trabalhador associado, sendo que o repasse por parte da indústria deverá ser feito até o 07º (sétimo) dia útil de cada mês subsequente ao desconto, sob pena de

juros de mora no percentual de 0,5% (meio por cento) e correção monetária sobre o montante retido.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DE CUSTEIO SINDICATO TRABALHADORES

Será devida uma contribuição de custeio em favor do Sindicato dos trabalhadores por TODOS os trabalhadores beneficiados com o instrumento coletivo de trabalho, nos termos da decisão proferida pelo STF em sede de Embargos Declaratórios no ARE 1018459, Tema 935, com repercussão geral: “é constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição”.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Assim, a empresa, descontará na folha de pagamento de todos os trabalhadores da categoria, das empresas o valor de R\$ 80,00 (oitenta) reais em 08 (oito) vezes de R\$ 10,00 (dez reais); custeio do Sindicato dos trabalhadores, do salário base de cada trabalhador, descontada na folha de pagamento do trabalhador a partir do mês de junho do corrente ano que será revertida em favor do Sindicato dos trabalhadores.

PARÁGRAFO SEGUNDO- O repasse será feito ao Sindicato Laboral através de guia por ele fornecida caso seja solicitado até o prazo máximo de 10 (dez) dias após o referido desconto, e ainda via PIX chave CNPJ 02.224.990.0001-77, Boleto, depósito bancário na conta SICREDI Banco 748 cooperativa 0914 conta corrente sob o número 41940-9, sob pena de juro mensal de mora no valor de 0,5% (meio por cento) e correção monetária sobre o montante retido caso houver atraso no recolhimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO- O desconto será feito no primeiro mês subsequente a admissão, quando se tratar de trabalhador admitido após o mês de assinatura da CCT, com direito a oposição no prazo máximo de (10) dez dias úteis, cujo repasse obedecerá a mesma forma da cláusula acima.

a) É de responsabilidade do trabalhador descrito neste parágrafo comprovar o pagamento parcial ou integral das parcelas conforme o caput junto a empresa que o está contratando. A empresa contratante fica obrigada no caso de não oposição a descontar as parcelas restantes repassando conforme parágrafo desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO – O empregador, nos termos do § 2º do art. 583 da CLT c/c Precedente Normativo nº 041 do Tribunal Superior do Trabalho, deverá obrigatoriamente, remeter via correio ou e-mail eletrônico sqf.tesoureira.zelia@outlook.com uma via da guia com autenticação mecânica do agente arrecadador com a respectiva lista nominal de trabalhadores que efetuaram a contribuição ao Sindicato laboral, que em seguida procederá em seu Cadastro, a devida anotação de quitação em relação à empresa e caso está não remeta o comprovante e a relação nominal de trabalhadores, presumir-se-á inadimplente, sujeitando-se a ação judicial de cobrança.

PARÁGRAFO QUINTO - Será garantido o direito de oposição ao desconto da contribuição ao trabalhador não associado, devendo o mesmo se manifestar individualmente e por escrito, na sede do sindicato de segunda-feira a quinta-feira das 08:00 às 12hs e 13:00 às 16:00hs, sendo que se inicia o prazo para fazer a oposição a partir do momento da homologação da CCT até o dia 10/06/2025.

a) O sindicato laboral passará por empresa, até o dia 13/06/2025 a relação dos nomes dos trabalhadores que fizeram oposição ao desconto da CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DE CUSTEIO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES para que o desconto não seja efetuado.

PARÁGRAFO SEXTO – Em ocorrendo da votação final no julgamento do ARE 1018459, Tema 935 vir a decidir por outras formas da contribuição aos trabalhadores não associados através de instrumento coletivo de trabalho, para se efetivar a cobrança da contribuição prevista no ‘caput’ da cláusula, se exigirá a anuência individual e expressa conforme inciso XXVI do art. 611-B da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO DE FORTALECIMENTO SINDICAL

Conforme entendimento do STF no Agravo no Recurso Extraordinário (ARE) 1018459, com repercussão geral reconhecida (Tema 935), todas as empresas da categoria, sejam elas associadas ou não associadas, incluindo as empresas enquadradas no Simples Nacional, deverão efetuar o pagamento da contribuição

assistencial patronal, também conhecida como contribuição de fortalecimento sindical patronal, de acordo com o art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contribuição assistencial patronal/contribuição de fortalecimento sindical patronal tem como principal finalidade viabilizar a implementação da negociação coletiva, compartilhando os custos por toda a categoria representada, independentemente da empresa ser associada ou não ao SIMPLAGO.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da contribuição assistencial patronal/contribuição de fortalecimento sindical patronal deverá ser recolhido por todas as empresas da categoria conforme o seu capital social e indicação do valor na tabela abaixo:

FAIXA	VALOR DO CAPITAL SOCIAL DECLARADO	VALOR À VISTA
1ª FAIXA	R\$0,01 a R\$49.999,99	R\$1000,00
2ª FAIXA	R\$50.000,00 a R\$199.999,99	R\$2.000,00
3ª FAIXA	R\$200.000,00 a R\$1.999.999,99	R\$3.500,00
4ª FAIXA	R\$2.000.000,00 a R\$5.999.999,99	R\$5.000,00
5ª FAIXA	R\$6.000.000,00 a R\$49.999.999,99	R\$8.000,00
6ª FAIXA	R\$50.000.000,00 a R\$99.999.999,99	R\$10.000,00
7ª FAIXA	R\$100.000.000,00 – ACIMA	R\$14.000,00

20% do valor arrecadado será direcionado a Federação das Indústrias do Estado de Goiás.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor da contribuição assistencial patronal/contribuição de fortalecimento sindical deverá ser pago por meio de uma guia específica enviada pelo SIMPLAGO, até o dia 20 do mês de setembro de 2025. Caso a empresa deseje parcelar o valor da contribuição deverá enviar Email (simplago.go@gmail.com) ou ligar para (62) 98304-0013, para que ocorra negociação podendo haver parcelamento.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de a empresa possuir matriz fora do Estado de Goiás e filiais localizadas na base de representação do SIMPLAGO, o recolhimento da contribuição assistencial patronal/contribuição de fortalecimento sindical será realizado por cada filial, com o valor calculado com base no faturamento individual de cada uma delas.

PARÁGRAFO QUINTO - A ausência do pagamento da guia no prazo determinado resultará em uma multa de 2% (dois por cento), além de juros de mora de 1% (um por cento) por cada mês de atraso.

PARÁGRAFO SEXTO – Na Assembleia Geral Extraordinária, foi garantido que as empresas, sejam ou não associadas, que não concordarem com o pagamento da contribuição assistencial, poderão apresentar carta de oposição no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do dia seguinte à data de registro da Convenção Coletiva no sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A carta de oposição deverá ser entregue presencialmente na portaria do Edifício Pedro

Alves de Oliveira, localizado na Rua 200, nº 1121 – Setor Leste Vila Nova, Goiânia-GO, CEP 74643-060, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira. Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo WhatsApp do setor jurídico: (62) 99510-2271.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As empresas que não compareceram na assembleia e não fizeram o direito de oposição no prazo estabelecido no parágrafo 6º da presente cláusula deverão efetuar o pagamento da contribuição assistencial, sendo elas associadas ou não.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA

Fica pactuado que as indústrias procederão com descontos em folha de pagamento referentes a planos médico e odontológico; assistência médica e odontológica; medicamentos, aluguel do salão de eventos do SindQ.F.P.A- Anápolis e cooperativa, quando expressamente autorizado pelo trabalhador em guia própria. Os trabalhadores das indústrias que disponham de cartão de crédito vale *card* ou qualquer outro legalizado e hábil, poderão lançar os valores em suas faturas mensais, da forma que negociarem com o Sindicato dos trabalhadores, ou seja, à vista ou parcelado, sendo necessário, para tanto, que as indústrias interessadas nesta modalidade de lançamento, disponibilizem as máquinas e linhas de acesso, necessárias à operacionalidade com os referidos cartões.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ACORDO COLETIVO SUPLEMENTAR POR INDÚSTRIA

As indústrias poderão firmar atos complementares nas formas individual ou coletiva com a obrigatoriedade assistência/ participação do Sindicato dos trabalhadores.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ADITIVO EM MAIO 2026

Em 01.05.2026 os Sindicatos signatários se obrigam a firmar ADITIVO à esta CCT, negociando a Reposição Salarial, Piso Salarial, valor da cesta básica e outras cláusulas que tenham conteúdo de valores a serem atualizados para terem vigência de 01.05.2026 a 30.04.2027.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MULTA E/OU VIOLAÇÃO DE CLÁUSULAS

Atendendo a exigência do inciso VIII do artigo 613 da CLT, fica acordado que em caso de violação e/ou não cumprimento de qualquer das cláusulas e obrigações e dar e fazer pelas partes signatárias incidira à parte faltosa, por cada violação, em multa mensal equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta reais) por trabalhador prejudicado. A metade da multa reverte para cada trabalhador prejudicado e a outra metade, em favor da parte signatária lesada (Sindicato dos trabalhadores e/ou indústria de material plástico e similar).

parágrafo único - A parte que detectar qualquer violação e/ou não cumprimento de qualquer das cláusulas, notificará a parte faltosa que terá 10 (dez) dias para apresentar sua Defesa.

}

MARLY ALVES CHAVEIRO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS QUIMICAS, FARMACEUTICAS, DE MATERIAL PLASTICO E DO ALCOOL NO MUNICIPIO DE ANAPOLIS - GO

MARCELO JOSE CARNEIRO
PRESIDENTE
SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE MATERIAL PLASTICO EST GO

ANEXOS
ANEXO I - ATA NEGOCIAÇÃO

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - LISTA PRESENÇA NEGOCIAÇÃO

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ASSEMBLEIA TUBOLAR 2

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IV - ASSEMBLEIA PERLEN 2

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO V - ASSEMBLEIA PERLEN 1

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VI - ASSEMBLEIA GERRESSHEIMER 2

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VII - ASSEMBLEIA GERRESSHEIMER 1

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VIII - ASSEMBLEIA GERRESSHEIMER 3

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IX - ASSEMBLEIA GERRESSHEIMER 4

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO X - ATA ASSSEMBLEIA TRABALHADORES

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.